

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA

NÚCLEO DE GESTÃO

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JARDIAEL FERREIRA DE LIMA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS PRIVAÇÕES VIVENCIADAS POR
APOSENTADOS E PENSIONISTAS URBANOS NA FORMAÇÃO DE UM ESTADO
DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS DE 2002, 2006, 2009, 2014 E 2018**

CARUARU

2021

JARDIAEL FERREIRA DE LIMA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS PRIVAÇÕES VIVENCIADAS POR
APOSENTADOS E PENSIONISTAS URBANOS NA FORMAÇÃO DE UM ESTADO
DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS DE 2002, 2006, 2009, 2014 E 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: Economia Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Kato

CARUARU

2021

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier -

L732a Lima, Jardíael Ferreira de.
Análise dos impactos das privações vivenciada por aposentados e pensionistas urbanos na formação de um estado de bem-estar social no Brasil entre os anos de 2002, 2006, 2009, 2014 e 2018. / Jardíael Ferreira de Lima. – 2021.
58 f. ; il. : 30 cm.

Orientadora: Rosa Kato.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2021.
Inclui Referências.

1. Pobreza. 2. Bem-estar social. 3. Assistência social. I. Kato, Rosa (Orientadora).
II. Título.

CDD 330 (23. ed.) UFPE (CAA 2021-091)

JARDIAEL FERREIRA DE LIMA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS PRIVAÇÕES VIVENCIADA POR APOSENTADOS
E PENSIONISTAS URBANOS NA FORMAÇÃO DE UM ESTADO DE BEM-ESTAR
SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS DE 2002, 2006, 2009, 2014 E 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas, da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Aprovado em: 07/05/2021.

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a Rosa Kato (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^o Dr.^o Márcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^o Dr.^o André Luiz de Miranda Martins (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui, pois sem sua Graça, Misericórdia e seu amor, isso não seria possível. “Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.” (Romanos, 11:36).

Aos meus pais, Janete e José Carlos, por todos os sacrifícios enfrentados para que eu conseguisse chegar até aqui.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Rosa Kato, por todas as contribuições, sugestões e paciência para comigo, que foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

A cada professor que tive oportunidade de conhecer nessa jornada acadêmica.

Aos meus amigos que estiveram comigo, me ajudando, me incentivando a buscar cada vez mais conhecimento desde o começo do curso: Francisco, Fagner, Jefferson, Jonatha, John e Leonardo.

RESUMO

Desde o final do século XIX as políticas de assistencialismo tem crescido no mundo com intuito de promover melhorias nas condições de vida da população e promovendo aumento nas condições de bem-estar social de maneira geral. O Brasil iniciou sua trajetória de políticas públicas de assistencialismo no fim dos anos 1800, porém só no decorrer do século XX, com maior intensidade após a Constituição Federal de 1988 que o país direcionou suas forças para tentar garantir melhores condições de vida para sua população. Este trabalho se propôs a fazer uma análise da evolução dos indicadores que são utilizados para calcular o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nos domicílios onde habitam aposentados e/ou pensionistas, segundo dados obtidos nas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios dos anos de 2002, 2006, 2009, 2014 e 2018, e na Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios Contínua (2018), período coincidente com o fim dos mandatos presidenciais, com objetivo de verificar se no conjunto de indicadores seria possível afirmar se ocorreu melhora nas condições de vida dessas pessoas. Foi possível perceber a importância de uma análise ampla sobre a pobreza, deixando de concentrar esforços apenas na ótica da renda, e abrangendo outras áreas que atingem diretamente a vida das pessoas e por consequência afetam o seu bem-estar. De maneira geral, este trabalho evidenciou que embora tenham ocorrido avanços nos indicadores, ainda existe um longo caminho a se trilhar em busca de melhorias nas condições de vida da população, para que assim as pessoas tenham uma melhor percepção do estado de bem-estar social.

PALAVRAS-CHAVE: Índice de Pobreza Multidimensional; Beneficiários; Assistencialismo; Pobreza; Bem-Estar.

ABSTRACT

Since the end of the 19th century, welfare policies have grown in the world with the aim of promoting improvements in the population's living conditions and promoting an increase in social welfare conditions in general. Brazil started its trajectory of public welfare policies in the late 1800s, but it was only in the course of the 20th century, with greater intensity after the 1988 Federal Constitution, that the country directed its forces to try to guarantee better living conditions for its population. This work proposed to make an analysis of the evolution of the indicators that are used to calculate the Multidimensional Poverty Index (IPM) in the households where retirees and / or pensioners live, according to data obtained in the National Household Sample Surveys of 2002 2006, 2009, 2014 and 2018, and in the Continuous National Household Sample Survey (2018), a period coinciding with the end of the presidential terms, with the objective of verifying whether in the set of indicators it would be possible to affirm whether there was an improvement in the living conditions of these people. It was possible to perceive the importance of a comprehensive analysis of poverty, failing to concentrate efforts only from the perspective of income, and covering other areas that directly affect people's lives and consequently affect their well-being. In general, this work showed that although there have been advances in the indicators, there is still a long way to go in search of improvements in the living conditions of the population, so that as well as people have a better perception of the state of well-being social.

KEYWORDS: Multidimensional Poverty Index; Beneficiaries; Assistance; Poverty; Well-Being.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Indivíduos com e sem aposentados e pensionistas que viviam em situação de pobreza	50
Gráfico 2 - Indivíduos com e sem aposentados e pensionistas que viviam em situação de extrema pobreza.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aposentados pelos Institutos de previdência oficiais de acordo com o sexo.....	28
Tabela 2 - Indivíduos que possuem outros tipos de aposentadoria de acordo com o sexo.....	29
Tabela 3 - Pessoas que acumulam simultaneamente os dois tipos de aposentadoria de acordo com o sexo.	29
Tabela 4 - Rendimento domiciliar médio para situações em que há aposentados pelos institutos de previdência oficial, onde não há esses tipos de aposentados, com outras formas de aposentadoria e o rendimento domiciliar médio geral da amostra	30
Tabela 5 - Rendimento domiciliar médio da amostra em geral, dos aposentados de modo geral, dos que possuem aposentadorias e/ou pensões, que possuem dois tipos de aposentadoria simultaneamente.....	30
Tabela 6 - Percentual de aposentados pelos institutos de previdência oficiais por região do Brasil	32
Tabela 7 - Percentual de aposentados com outros tipos de aposentadoria por região do Brasil	33
Tabela 8 - Percentual de aposentados que acumulam dois tipos de aposentadoria simultaneamente por região do Brasil.....	34
Tabela 9 - Aposentados pelos institutos de previdência oficiais por área censitária.....	34
Tabela 10 - Outros tipos de aposentadoria por área censitária	35
Tabela 11 - Aposentados com duas aposentadorias por área censitária	35
Tabela 12 - Aposentados com pelo menos 1 tipo de aposentadoria por área censitária.....	35
Tabela 13 - Aposentados e/ou pensionistas por área censitária.....	35
Tabela 14 - Pensionistas dos institutos de previdência oficiais de acordo com o sexo.	36
Tabela 15 - Outros tipos de pensões de acordo com o sexo.	36
Tabela 16 - Pensionistas que acumulam simultaneamente os dois tipos de pensões.	37
Tabela 17 - Rendimento domiciliar médio onde há e onde não há a presença de pensionistas pelos institutos de previdência, com outros tipos de pensões e o rendimento médio domiciliar da amostra total.	37
Tabela 18 - Rendimento domiciliar médio dos pensionistas, dos que possuem aposentadorias e/ou pensões e os que possuem dois tipos de pensões.....	39

Tabela 19 - Pensionistas dos institutos de previdência oficiais por região	40
Tabela 20 - Outros tipos de pensões por região.....	40
Tabela 21 - Beneficiários que acumulam os dois tipos de pensões.....	41
Tabela 22 - Pensionistas dos institutos de previdência oficiais por região censitária	41
Tabela 23 - Outros tipos de pensão por região censitária.....	41
Tabela 24 - Beneficiários que acumulam os dois tipos de pensões por região censitária.....	42
Tabela 25 - Beneficiários que recebem pelo menos um dos tipos de pensões.	42
Tabela 26 - Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional para domicílios com a presença de aposentados.....	44
Tabela 27 - Privação dos que vivem em situação de pobreza	46
Tabela 28 - Privações dos que vivem em situação de extrema pobreza.....	48

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	11
2	A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	13
2.1	Teoria coletivista e individualista.....	15
2.2	Teoria libertária.....	16
2.3	Teoria liberal.....	16
3	SURGIMENTO DA PREVIDÊNCIA NO MUNDO	18
3.1	Previdência social no Brasil.....	20
4	METODOLOGIA	23
4.1	Manipulação das variáveis.....	23
4.2	Pnud.....	24
4.3	Linha de pobreza	26
5	ANÁLISE DE DADOS.....	28
5.1	Perfil dos beneficiários	28
5.2	Cruzamento entre indivíduos e seus domicílios com e sem aposentados e/ou pensionistas através dos indicadores do índice de pobreza multidimensional.....	42
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos observamos o crescente movimento em torno da formação de bem-estar para a sociedade. Os primeiros indícios de ações em torno de concessão de melhores condições de bem-estar para a população a alguns séculos, porém só a partir do século XIX que as ações ganharam força no mundo, e no Brasil a partir do século XX.

O Estado é o maior provedor de garantias que proporcionam melhorias nas condições de vida da população, tendo em vista que somente as forças do mercado são incapazes de promover medidas que visem melhorar as condições da sociedade.

Nos últimos anos vemos diversas transformações em nosso país, com diversos tipos de políticas públicas, como é o caso do assistencialismo provido pelo Estado, que visaram a diminuição das desigualdades persistentes, e nesse trabalho vamos analisar como o Brasil é impactado pela pobreza, expandindo nossa análise para além do que costumamos pensar quando falamos de pobreza: a renda.

O rendimento pode até possuir um grande peso na formação da pobreza, porém não o único componente. Quando analisamos a pobreza, precisamos observar outros horizontes que em conjunto pode aumentar ou diminuir a sensação de bem-estar da população. Neste trabalho abordaremos outros fatores abordaremos outros aspectos que influenciam a percepção da população sobre o estado de bem-estar no ambiente em que vivem.

Este trabalho tem por objetivo realizar a análise dos indicadores que compõem o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) dos indivíduos que possuem aposentadorias e/ou pensões e seus domicílios situados nas zonas urbanas, de forma a analisar sua evolução ao longo do período analisado, de forma que seja possível, a partir da evolução dos indicadores, avaliar as condições de vida do público estudado e por consequência avaliar se houve melhorias no bem-estar.

Desta maneira o trabalho leva a seguinte reflexão: a existência de benefícios previdenciários podem impactar na diminuição dos índices de pobreza e de extrema pobreza, e por consequência gerar melhorias nas condições sociais, e aumentando o estado de bem-estar social na população?

Esse tema foi escolhido através de uma reflexão sobre as condições de vida de aposentados e pensionistas que vivem na área urbana, tendo em vista a crescente participação dessa parcela de beneficiários na sociedade.

Em boa parte dos casos, os aposentados e pensionistas sobrevivem apenas com o valor mensal de seus benefícios, com isso levantou-se a hipótese de se avaliar se mesmo sobrevivendo apenas com os valores dos benefícios, existe evolução dos indicadores que mensuram o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e por consequência aumento na sensação de bem-estar social.

Este trabalho está dividido em 6 seções: a primeira trata sobre o papel que o Estado desempenha sobre a formação do Estado de Bem-Estar social, também chamado de *Welfare State*; a segunda seção trata sobre a formação da previdência no mundo; a terceira seção trata sobre a metodologia abordada no trabalho; a quarta seção trata sobre a análise dos dados obtidos; a quinta seção trabalha a análise dos resultados obtidos; a sexta e última seção aborda as considerações finais.

2 A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Iniciando a análise a partir do Brasil, é notório que os primeiros indícios de formação de Welfare State mais consolidado se dá a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas e vai evoluindo até a Constituição Federal de 1988, onde o assistencialismo ganha status de modelo universalizado.

Ao buscar mais fundo o tema relacionado ao Welfare State podemos destacar diversos trabalhos sobre o tema, entre eles o de Benevides (2011). Ela trabalha o Welfare segundo a perspectiva de três autores (Brigs, Wilenski e Pierson), utilizando a definição dada por cada um. Para Brigs (2006) o Welfare State se caracteriza como um esforço através de um poder organizado que busca modificar as forças do mercado de forma a garantir uma renda mínima aos indivíduos mais necessitados, redução da insegurança além de garantir um conjunto de serviços sociais. Já Wilenski (1975) classifica o Welfare como um padrão de vida que lhe garanta um mínimo de sobrevivência, não como caridade provida pelo Estado, mas como um direito político como cidadão. E Pierson (1991) afirma que só há Welfare quando existe no mínimo 3% de gasto do PNB com gastos sociais.

Ao longo da história a formação de Welfare State sempre foi uma preocupação da sociedade. Os primeiros indícios podem ser vistos através da Lei dos pobres, implantada na Inglaterra, caracterizada pelas fortes ligações entre a centralização do poder, acompanhando o surgimento dos estados absolutistas, e a legislação bismarkiana que garantiu a implantação de um seguro social na Alemanha que no primeiro momento serviu em resposta a um movimento de antecipação ao movimento socialista e marcou uma nova fase de intervenção estatal conservadora para elevar o Estado de Bem-Estar social, logo difundido por toda a Europa (Fiori, 1997). A implantação do Estado de Bem-estar Social exigiu que cada Estado se adequasse as características históricas do modelo. Fiori (1997) afirmou que os três pilares da evolução do estado de bem-estar partem da proteção social, políticas sociais e do próprio Welfare contemporâneo, que ganhou notoriedade principalmente após a IIª Guerra Mundial.

Esping-Andersen (1990) em seus trabalhos classifica o Welfare State em 3 regimes: Liberal, conservador e social-democrata. Para classificar a forma que cada Estado trabalha com o Welfare, leva-se em consideração o grau de desmercantilização (quanto maior a dependência da provisão de bem-estar ao mercado, maior o grau de mercantilização), mix de provisão de

bem-estar (Estado, família e Mercado), e a capacidade de modificação da estratificação social. (Benevides, 2011).

Conforme pontua Benevides (2011), o regime liberal se caracteriza por uma escassa intervenção estatal, com controle quase na totalidade do mercado. A assistência é realizado para aqueles que são comprovadamente pobres. O orçamento estatal para promover ações de políticas públicas é bastante limitado, ou seja, as transferências de renda são extremamente limitada (Fiori, 1997), pois a arrecadação de imposto é baixa, tendo em vista que, como as ações do mercado são voltadas para a população mais pobres, a classe média que tem um grande peso sobre a arrecadação de impostos, necessita ir buscar auxílio no mercado, com isso há uma recusa dessa classe em pagar impostos mais altos para financiar as ações de assistência do Estado. Além disso, o Estado só intervém em casos de faltas graves cometidas pelo mercado, e quando os esforços dos agentes das famílias tornam-se ineficientes para promover o bem-estar.

O regime conservador leva em consideração as contribuições dos indivíduos, atendendo os direitos sociais da população através de sua ocupação, assim o estado age quando o agente da família falha. Como esse regime depende diretamente de uma contribuição prévia, os indivíduos que não estão inseridos no mercado formal de trabalho ficam a margem de ações de provisão de bem-estar.

Já o regime social-democrata, se caracteriza como um sistema mais universalizado, com a inclusão de todas as camadas sociais, cabendo ao Estado garantir serviços de alta qualidade para que o indivíduo se emancipe tanto do mercado quanto da família. Esse regime defende um padrão de vida mais igualitário entre os seus membros, e deve-se incluir a classe média na concessão de benefícios, para que com ela seja possível realizar uma tributação mais justa que garanta ao Estado a capacidade de financiar suas políticas sociais e a busca do pleno emprego, pois com mais indivíduos trabalhando, mais o Estado poderá arrecadar.

Diversos indicadores podem ser analisados para classificar o Welfare State, como: gasto social público, educação, saúde, mercado de trabalho, desigualdade de renda e pobreza (Benevides, 2011).

O Brasil passou por um processo de formação de um estado de bem-estar social principalmente após a década de 1930, embora inicialmente o assistencialismo fosse bastante excludente, tendo em vista que contemplava apenas trabalhadores formais. Durante o período de governo militar, conforme destaca Benevides (2011), o Brasil que até então tinha um sistema de assistencialismo próximo ao modelo implantado por Bismark na Alemanha, passa para um

modelo onde a população é mais dependente dos serviços ofertados pelo Estado. A partir de 1964 o Brasil passa por um período de reformulação de seu regime de Welfare State, com maior expansão do regime, enquanto ao mesmo tempo não eram concedidos direitos sociais, existia uma alta concentração de renda, culminando então no redescobrimto da pobreza, e socialmente excludente que o financiou para expansão e ampliação da oferta de serviços sociais para a população (Grin 2012), ou seja, através de um forte viés conservador ocorreram essas ampliações. Ao comparar indicadores de Welfare State aplicando-os ao Brasil, conforme fez Benevides (2011), percebe-se que apesar da ideia proposta pela Constituição Federal de 1988 promover uma universalização dos direitos e ao mesmo tempo promover uma maior participação do Estado na geração de um estado de bem-estar social, o Brasil é um caso peculiar onde há a predominância dos três tipos de regime de Welfare State definidos por Esping-Andersen (1990).

É a partir de 1994, após a implantação do plano real que melhores resultados na formação do Welfare State brasileiro começou a mostrar efeito, pois ocorreu uma maior integração entre desenvolvimento social com igualdade, e maior participação da sociedade. Diferente do Welfare State europeu, o caso brasileiro foi mais amplo e generoso em suas políticas sociais (Grin, 2012).

2.1 Teoria coletivista e individualista

É necessário analisar teorias sobre o comportamento das pessoas, para ajudar a entender como o comportamento da sociedade interfere na formação do Estado de bem-estar social.

Primeiramente cabe-nos distinguir tanto o coletivismo como o individualismo. O coletivismo pode ser caracterizado como uma noção de que grupos são uma unidade de sobrevivência, e o indivíduo é apenas uma parte que não se pode separar, de forma que os grupos são mais importantes que o indivíduo em si. Geralmente os grupos são extensos, formados principalmente na maioria dos casos, pela família, incluindo ascendentes e descendentes. Existe nesses casos uma dependência muito forte com os membros dos grupos, que normalmente compartilham dos mesmos interesses. Já o individualismo defende a soberania do indivíduo, sendo a principal unidade de sobrevivência, estando acima de qualquer tipo de grupo, não existe relação alguma entre ele e os seus ancestrais, e as relações pessoais são regidas por meio de contratos, desse modo o individualista age conforme seus próprios interesses, não levando em conta o contexto social em que vive. (Golveia, et. al. 2002).

Atualmente existe uma distinção muito grande entre as nações conforme o sistema que cada uma participa. Normalmente países que possuem traços muito fortes ligados ao capitalismo tendem a adotar uma postura mais individualista, como é o caso dos Estados Unidos, já países com viés socialista tendem a ser mais coletivistas, como é o caso da Venezuela, e existem países com perfil mais intermediários, adotando em certa parte traços do individualismo e coletivismo, como é o caso do Brasil e da Espanha. (Golveia & Clemente).

2.2 Teoria libertária

Para trabalhar com a ideia de libertarismo, diversos autores trabalham o tema sob a perspectiva de Robert Nozick.

O pensamento libertário defende a liberdade acima de tudo. Possui muito em comum com os pensamentos de liberdade do mercado, porém defende um Estado que não atue nem mesmo com políticas sociais, muito menos no mercado, dessa forma toda e qualquer atitude do Estado violaria os direitos morais dos cidadãos. O libertarismo se opõe completamente a qualquer tipo de tributação distributiva. Embora compartilhem ideias semelhantes aos liberais, os libertários vão ao extremo, defendendo o valor supremo da liberdade, enquanto os liberais admitem a conciliação de valores políticos e de liberdade. (Azevedo, 2011).

Nozick também usa sua teoria da titularidade para tentar explicar o pensamento libertário. Nessa teoria, os indivíduos são titulares dos seus bens, dessa forma só ocorrerão trocas justas quando as mesmas ocorrerem por livre e espontânea vontade. Se o Estado interferir de qualquer forma através de uma tributação contra a vontade da população, tornará a troca injusta, mesmo que essa intervenção seja em prol de sanar as deficiências sociais ou naturais de algum indivíduo. Assim a única tributação admitida pelos libertários seriam para manter em funcionamento apenas as organizações que regulamentam e garantem o pleno funcionamento do livre comércio. (Azevedo, 2011)

2.3 Teoria liberal

A teoria liberal teve como um dos principais fundadores John Locke (1634-1704). O liberalismo permaneceu em ascensão durante muito tempo, até a crise de 1929. O liberalismo

defendia acima de tudo a liberdade individual, com garantia dos seus direitos naturais, limitando dessa forma uma atuação mais “forte” do Estado.

Para os liberais, a criação do Estado se baseia na doutrina de direito natural, onde o Estado nasce através de um contrato social estabelecido entre os homens, com intuito de preservar e garantir os direitos naturais. Logo as liberdades individuais são o limite do Estado, segundo a teoria liberal. (Silva, 2011)

Dessa forma, o liberalismo ao definir limites à intervenção estatal, contrapõe o Estado liberal do poder estatal absoluto. Locke defendia que o ser humano enquanto ser livre, deveria ser acobertado pelo Estado, para que ele pudesse garantir o direito de liberdade a todos os indivíduos. Dessa forma fica clara a limitação de poder imposta ao estado de acordo com a teoria liberal. (Silva, 2011)

3 SURGIMENTO DA PREVIDÊNCIA NO MUNDO

De acordo com alguns autores, o sistema de assistencialismo surgiu em virtude da evolução do Welfare State. Rosa Maria Marques em sua tese de doutorado, afirmou que inicialmente, ou seja, na primeira fase da instauração de um sistema de proteção social, baseado na obra de (Castel, 1995), que foram criados mecanismos pelos próprios trabalhadores assalariados da indústria, que formavam um fundo de ajuda mútua, no qual visavam suprir as necessidades que porventura viessem a ocorrer, além de preencher um vazio causado, segundo ela pela:

[...]destruição das antigas formas de solidariedade associadas às corporações de ofício e à vida no campo, provocado pelo rápido crescimento da indústria e das cidades. [...] De outro, servia como garantia mínima para que os trabalhadores pudessem não ficar completamente à mercê das condições de trabalho e salário oferecidas pelos capitalistas. (Marques, Rosa M. P.40)

Já pelo lado do Estado, o assistencialismo se dava através das chamadas casas de trabalho (*Workhouses*). Bastante comum na Inglaterra.

As primeiras formas de assistencialismo registradas, tinham como objetivo ajudar a população pobre, pois segundo (Reis, 2010) a pobreza além de deixar o indivíduo em situação de vergonha, também se caracterizava como uma condição imposta pelo sistema capitalista, cabendo dessa forma ao Estado corrigir essas falhas. Inicialmente, principalmente na Inglaterra, o assistencialismo provido pelo Estado era de cunho paternalista e autoritária, caracterizado pela Lei dos Pobres. Segundo Reis e também por Fleury (1994), o Estado se viu obrigado a atuar na correção das distorções causadas pelo mercado, devido ao crescimento do número da população pobre que começou a crescer de maneira significativa nas cidades devido a migração do campo para a cidade, e eram acolhidos nas *Workhouses*, que por sua vez eram financiadas e administradas pelas paróquias, que tinham por obrigação fornecer emprego e abrigo para os pobres, porém a migração da população pobre de uma paróquia para outra bem sucedida, levou o Estado a intervir, com a proposta de fornecimento de emprego público, evitando assim esse deslocamento, ou seja, impondo a partir desse momento uma nova forma de atuação: a política social, deixando de lado o viés liberal que imperava à época, e adotando uma política mais intervencionista.

Mesmo com todo o início da movimentação em prol dos primeiros passos para políticas que visam o assistencialismo, foram as políticas sociais empregadas na Alemanha no fim do século XIX, no período de Bismarck que ganharam mais visibilidade, com foco na contribuição compulsória dos trabalhadores para sustentar o sistema alemão (Pereira 2008), de modo que eram de caráter permanente, focado nos trabalhadores do sexo masculino, com um paradigma conservador e corporativo (Fiori). Uma peculiaridade do caso alemão, é que o foco principal das medidas assistencialistas não foi promover assistência social aos mais necessitados, mas o objetivo principal foi conter o avanço do socialismo reprimindo e antecipando os atos dos movimentos operários alemães, e logo o modelo implantado por Bismarck foi seguido por outros países da Europa, como: Bélgica, Dinamarca e Suíça por exemplo, cada um adotando políticas diferentes (alguns concediam ajudas aos idosos, outros seguro saúde), todos convergindo em volta do Welfare State.

A forma como cada país administra seu sistema previdenciário varia muito, mas adotam sistemas semelhantes, sendo os principais sistemas: repartição, capitalização e sistema misto (união dos sistemas de repartição e capitalização).

O sistema de repartição se constitui como um modelo no qual os benefícios pagos a população inativa (aposentadorias, pensões, benefícios) são pagos através de contribuições da população ativa, mais jovem, que pode ser superavitário quando existir um contingente maior de jovens compondo a população economicamente ativa, ou deficitária quando ocorre o envelhecimento da população. Esse é o sistema atualmente utilizado no Brasil, Estados Unidos, Japão e França, porém diferentemente dos demais, o Brasil não possui um fundo de reservas capitalizado, que garante segurança financeira do sistema ao sinal de desequilíbrios. Esse sistema também pode se caracterizar como um eficiente sistema de redistribuição de renda aos mais pobres que não conseguem mais trabalhar (DIENSTMANNI, 2006).

O sistema de capitalização é composto por um sistema no qual os benefícios relacionados a aposentadorias refletem ao montante poupado ou contribuído ao longo de sua vida ativa, onde sua contribuição mensal é destinada para um conta em uma administradora de fundos e pensões que são capitalizadas a determinada taxa de juros. Esse sistema pode até parecer excludente, porém não é (Rezende, 2006), pois o Estado garante benefícios aqueles que não conseguiram uma renda mínima para poder capitalizar suas aposentadorias futuras, sendo considerado um sistema mais justo do que o sistema de repartição.

Por fim existe o Sistema Misto, que se trata de um sistema onde existe uma junção de características tanto do modelo de capitalização quanto de repartição. Nesse modelo existe um teto para os benefícios, por meio de um plano básico do sistema público, e um sistema privado de previdência (semelhante à capitalização) formando um fundo de poupança que, associado com o benefício concedido pelo Estado, garante uma renda complementar ao contribuinte quando ele se aposentar.

3.1 Previdência social no Brasil

Os primeiros indícios sobre políticas voltadas para assistência social no território brasileiro, tem data no ano de 1824, através da Constituição Imperial, a qual assegurava aos cidadãos o direito de socorro público garantido pelo Estado.

Porém é a partir do ano de 1888 que surge a primeira legislação específica sobre o direito assistencialista, conforme cita Silva (2009). Nesse ano, conforme destaca dados da secretaria de previdência, órgão do governo federal, através dos decretos 9.912-A e da lei 3.397, onde foi concedido o direito de aposentadoria aos funcionários dos Correios e criou as Caixas de socorros para as estradas de ferro do império. A partir desse momento, mudanças pontuais foram feitas no sentido de ampliar o assistencialismo para a população, onde foram introduzidas por exemplo: Pensão por morte e invalidez para os operários do arsenal da Marinha do Rio de Janeiro em 1892; projetos de leis implementados nos anos 1894, 1908 e 1915 pelos deputados Medeiros e Albuquerque, Grancho Cardoso e Latino Arantes, Adolfo Gordo e Prudente de Moraes, com intuito de estabelecer um seguro para acidentes de trabalho; criação da caixa de pensão para os operários da casa da moeda em 1911; criação das caixas de pensões e empréstimos para o pessoal das capatazias da alfândega do Rio de Janeiro em 1912; compulsoriedade do seguro contra acidentes de trabalho para algumas atividades, entre outros. Porém foi a partir de 1923 que foi considerado dado o pontapé inicial para o início de um sistema de previdência social sólido no país, que é a partir da promulgação do decreto legislativo 4.682 de 24 de janeiro de 1923, também conhecida como Lei Elói Chaves, que criou uma caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de cada empresa ferroviária, e posteriormente ampliado para os portuários e marítimos em 1926, e aos trabalhadores das empresas de telégrafos e radiotelegrafo, além da criação em 1923 do Conselho Nacional do Trabalho.

Em 1934, a nova Constituição Federal, elaborada no governo de Getúlio Vargas, reformulou o sistema previdenciário no país, estabelecendo o custeio triplice, conforme destaca Silva (2009), com participação do Estado, empregados e empregadores e foi a primeira legislação no Brasil a utilizar o termo previdência.

Em 1960 importantes avanços para o desenvolvimento do sistema previdenciário do país foram implementados, como a elaboração da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) por meio da Lei nº 3.807 que unificou as leis dos institutos de pensões e aposentadorias que foram criadas anteriormente, além de criar benefícios como o auxílio maternidade e reclusão, atendendo todos os trabalhadores urbanos, gerando dessa forma os primeiros passos em rumo da universalização dos direitos concedidos pela previdência social. No mesmo ano foi aprovado por meio de um decreto o Regulamento Geral da Previdência Social e ocorreu a implementação de uma contagem recíproca sobre o tempo de serviço prestado para o Governo Federal, autarquias e sociedades de economias mistas. Já no ano de 1963, foi instituído o FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), e também foi aprovado pelo Departamento Nacional de Previdência Social o Regimento Único de Aposentadorias e Pensões. No ano de 1966 criou-se o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e criado o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), que unificou administrativamente o sistema previdenciário do país.

A Constituição Federal promulgada em 1967, durante o Governo Militar, trouxe uma série de mudanças nos benefícios assegurados pela previdência, conforme destaca Silva (2009): salário mínimo, salário família, previdência por meio de contribuição da união, do empregado e do empregador para o seguro-desemprego, proteção maternidade e para os casos de doenças, velhice invalidez e morte; seguro obrigatório para acidentes de trabalho, aposentadoria integral para as mulheres com mais de 30 anos de contribuição, seguro desemprego.

Até então, os beneficiários principais eram os trabalhadores urbanos, excluindo-se das regras os trabalhadores rurais e domésticos, porém em 1969 foi criado um plano básico de assistência aos trabalhadores rurais, com objetivo principal de ajudar os trabalhadores das atividades canavieiras. Esse plano básico serviu para estender os benefícios da previdência social para esses trabalhadores, e foi substituído pelo Pró-rural (Programa de Assistência ao trabalhador rural) em 1971. E os empregados domésticos foram incluídos no sistema previdenciário em 1972. Já no ano de 1977 foi instituído o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social) que é responsável pela proposição de políticas e assistência médica, farmacêuticas e sociais e por sua supervisão.

Com o fim do período do governo militar, e com o início do período de redemocratização, uma nova constituição foi proposta em 1988, chamada de Constituição Cidadã, a CF/1988 universalizou o sistema previdenciário para a população, trata agora o assistencialismo como seguridade social, abrangendo a previdência, saúde e assistência. Nessa nova constituição, foi mantido o sistema contributivo previdenciário, com foco na repartição e o estado passa a ter uma função de dúplice custeio, como tomador de serviços e organizador e distribuidor de prognósticos (SILVA, 2009).

No Brasil excluindo-se os regimes de previdência privada, existem três grandes sistemas previdenciários que absorvem quase a totalidade dos segurados e contribuintes do país, que é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Público de Previdência Social (RPPS) e o Sistema de Previdência Complementar. O primeiro Regime que é o RGPS concentram os trabalhadores da iniciativa privada, enquanto o RPPS enquadra os profissionais do setor público. Os dois primeiros sistemas tem uma característica importante em comum, que é a adoção de um sistema de repartição, e ao mesmo tempo além de se distinguirem no público atendido, também se diferenciam no modo que distribuem os benefícios, sendo o RPPS o sistema tem os maiores valores pagos aos beneficiários, por possuir um teto de pagamento previdenciário superior ao RGPS. Por fim podemos falar sobre o sistema de previdência complementar, que possui traços de um regime de capitalização, onde o trabalhador realiza aportes mensais para uma conta em uma administradora de pensões e aposentadoria, a qual capitalizará o montante pago e permitirá ao contribuinte receber um valor mensal ao se aposentar, que contribuirá com o complemento da renda acrescido dos valores recebidos por meio do RGPS e RPPS.

4 METODOLOGIA

Este trabalho se propôs a analisar a evolução dos indicadores de pobreza multidimensional nos anos de 2002, 2006, 2009, 2014 e 2018.

Esse período de tempo foi escolhido a partir dos finais dos governos (mandatos presidenciais) no século XXI, começando pelo fim do segundo governo de ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) no ano de 2002, em seguida pelo final do primeiro e segundo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) em 2006 e 2009 respectivamente (embora o segundo mandato de Lula tenha encerrado em 2010, o mesmo não foi considerado devido à ausência da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, em virtude da realização do Censo demográfico), primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff em 2014, e o final do governo de ex-presidente Michel Temer (em virtude do impeachment de Dilma em 2016) no ano de 2018.

Os dados sobre as Pesquisas Nacionais de Amostras de domicílios (PNAD) e a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1 Manipulação das variáveis

Foram manipuladas as variáveis: aposentadoria diretamente pelo instituto de previdência oficial ou do governo federal; indicativo que o indivíduo recebia normalmente aposentadoria do instituto de previdência ou do governo federal; recebia outro tipo de aposentadoria. Logo após foi criado um indicador chamado de “Aposentados”, através da variável indicativa de aposentadoria ligada aos órgãos previdenciários governamentais (federal, estadual ou municipal), e outros tipos de aposentadoria. Essa variável indica se o indivíduo recebe os dois tipos de aposentadoria simultaneamente.

O mesmo procedimento foi utilizado para classificar os indivíduos que recebem pensão, onde foram utilizadas as variáveis: É pensionista do instituto de previdência oficial ou do governo; recebia pensão normalmente pelo instituto de previdência ou governo federal; e outro tipo de pensão, formando o indicador “Pensionistas”, formado pela junção de pensionistas através de órgãos governamentais e outros tipos de pensão. Entre os bens duráveis, foram manipulados as variáveis fogão de 2 ou mais bocas e fogão de apenas 1 boca. Além disso houve mudanças nas variáveis: Tv em cores e Tv em preto e branco. Em todas essas variáveis, foram criadas variáveis Dummies que variam em 0 ou 1, de forma que o valor 1 indica valor de

pobreza, ou que não possui determinada informação, e 0 indica que o indivíduo/domicílio possui aquilo que a variável indica, um exemplo claro é a variável indicativa de aposentadoria, onde 0 indica que o indivíduo possui aposentadoria e 1 indica que o indivíduo não possui. Isso foi feito na maioria das variáveis aqui citadas.

Outras variáveis também foram manipuladas, são elas: a variável que indica se o indivíduo sabe ler e escrever (onde 1 indica que o indivíduo não sabe ler e escrever, enquanto o 0 indica que o indivíduo sabe ler e escrever). Sexo foi transformada em dummy, onde 0 indica que o indivíduo é do sexo masculino e 1 do sexo feminino; água onde 1 indica que não há água encanada no domicílio e 0 indica que há água encanada no domicílio; saneamento (indica se no domicílio o escoadouro do banheiro ou sanitário a coleta é feita pela rede geral de coleta de esgoto da rua, onde 1 indica que o esgoto não é coletado pela rede geral e 0 o esgoto é coletado pela rede de esgoto; Coleta de lixo onde 1 indica que o lixo não é coletado diretamente e 0 indica que o lixo é coletado diretamente; eletricidade onde 1 indica que o domicílio não possui eletricidade e 0 indica que o endereço possui; geladeira onde 1 indica que o domicílio não possui geladeira e 0 o domicílio possui; água encanada em pelo menos um cômodo onde 1 indica que não há água encanada em nenhum dos cômodos e 0 existe água encanada em pelo menos 1 cômodo da residência; banheiro onde 1 indica que o domicílio não possui banheiro e 0 indica que o domicílio possui banheiro; situação censitária onde 0 indica que o indivíduo habita em área rural e 1 o indivíduo habita em área urbana.

Essas manipulações foram fundamentais para que a análise dos indicadores fosse facilitada, de modo que se conseguisse obter o máximo de informações possíveis.

4.2 Pnud

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é um programa ligado à ONU (Organização das Nações Unidas) que tem por objetivo colaborar com o desenvolvimento de políticas que visem erradicação da pobreza, redução das desigualdades, exclusão social, capacidades institucionais, resiliências e habilidades de liderança, segundo informações descritas no site da organização.

O PNUD detalha claramente a metodologia para a montagem dos índices descrito no seu relatório. Tomando por base o relatório de desenvolvimento humano do ano de 2019, para o cálculo do Índice Global de Pobreza Multidimensional, é necessário que todos os indicadores necessários para a formação do índice venham da mesma pesquisa. O índice mede o grau de privações que um indivíduo ou uma família, por exemplo, estão expostos, tendo em vista que

analisar apenas a renda como fator determinante é insuficiente para medir o grau de pobreza (KATO, 2017).

Para a montagem do relatório, o PNUD elenca 3 pilares fundamentais para seleção dos indicadores: saúde, educação e padrão de vida. No âmbito da saúde, são utilizados dois indicadores: taxa de nutrição e taxa de mortalidade infantil; Na educação são utilizados outros dois indicadores: anos de escolaridade e frequência escolar; e no padrão de vida são seis indicadores utilizados: disponibilidade de eletricidade, saneamento, água potável, formas ligadas à habitação (tipo de telhado, piso, entre outros), combustível utilizado para cozinhar e por fim bens considerados duráveis (geladeira, automóveis, máquina de lavar, entre outros). Cada um dos três pilares fundamentais possui peso de aproximadamente 33,33%, correspondendo a 1/3, e cada indicador tem seu peso difundido dentro de cada pilar ao qual está inserido.

Segundo o relatório para um indivíduo, ou domicílio ao qual está inserido ser considerado como pobreza multidimensional, ele deve ter privações igual ou superior a 1/3, de forma que na soma das privações dos indicadores, segundo as notas técnicas do relatório de 2019, o indivíduo ou domicílio que acumule pontuação entre 1/5 e 1/3 são considerados vulneráveis a pobreza, já aqueles domicílios ou indivíduos que acumulem pelo menos 1/2 em privações, são considerados como um caso grave de pobreza multidimensional.

Neste trabalho, a metodologia utilizada pelo PNUD não pode ser utilizada integralmente pelo fato que a base de dados escolhida para ser analisada, no caso as PNADS (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios) não possui todos os indicadores disponíveis na pesquisa, como é o caso dos indicadores de saúde. Para isso, neste trabalho será preciso utilizar outras variáveis em substituição às originalmente utilizadas no relatório do PNUD, para que desta maneira, seja viável a análise do Índice de Pobreza Multidimensional.

Adaptando os indicadores para a realidade brasileira, evidenciada pelas Pnads, destacamos que os indicadores para a saúde escolhidos foi o indicador de saneamento básico e coleta regular de lixo; na educação foram utilizados como indicadores o índice de analfabetismo e a quantidade de anos de estudo, já entre os ativos, foram escolhidos: acesso a eletricidade, água potável encanada, condições de habitação, acesso ao gás de cozinha e acesso aos bens de consumo duráveis.

O indicador de saneamento básico indica que é privado o domicílio que seu escoadouro ou fossa não seja ligado à rede coletora.

O indicador de coleta indica que o domicílio é privado quando não possui coleta de lixo direta ou indiretamente.

O indicador da taxa de educação, indica que indivíduo é privado de educação quando ele não sabe ler e escrever.

O indicador de anos de escolaridade mede o grau de privação ao afirmar que o indivíduo é privado de educação quando ele cursou o equivalente até no máximo 6 anos de instrução.

O indicador de eletricidade indica que o domicílio é privado de energia elétrica como forma de iluminação.

Indicador de água potável considera privado o domicílio que não possui água potável encanada em pelo menos um cômodo com origem da rede geral de distribuição.

O indicador de habitação considera privado o domicílio que possui telhado e/ou paredes externas feitas com materiais inadequados.

O indicador gás de cozinha considera privado todo aquele domicílio que não utiliza como combustível para a preparação de alimentos, o popular gás de cozinha.

Por fim, o indicador de bens de consumo duráveis considera privado todo domicílio que não possua televisão, geladeira ou fogão.

4.3 Linha de pobreza

A linha da pobreza possui uma variedade de definições, o que torna complexa a escolha de uma única definição para realizar a análise, assim como pobreza é algo difícil de se definir. Normalmente existem diversos meios de se definir indicadores que tentam classificar os indivíduos, podendo ser de maneira objetiva como subjetiva, conforme destaca Soares (2008/2009). Conforme o autor (SOARES, 2009), uma medida bastante utilizada é o índice calórico, baseado nas calorias necessárias para o pleno funcionamento do corpo humano, esse índice, conforme o autor pontua, não pode ser utilizado amplamente, pois deve-se levar em consideração aspectos históricos, étnicos e pessoais, que podem levar o indivíduo a precisar consumir mais ou menos calorias além do que o utilizado nos índices (em torno de 3,000 kcal).

Outra forma amplamente utilizada é baseada na Paridade do Poder de Compra (PPC). Essa também sofre do mesmo problema que o índice calórico sofre, pois esse índice leva em conta o dólar e padrão de vida americano, algo que não condiz com a realidade, pois cada região

tem suas particularidades, e cada índice tem que se adaptar as realidades locais (SOARES, 2009).

No Brasil as 2 principais medidas utilizadas para definir a linha da pobreza são a linha de inclusão de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), e a linha de inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendo em vista que o país não conta com uma metodologia oficial (SOARES, 2009). O BPC define, levando em consideração apenas a questão monetária, que o indivíduo é considerado em extrema pobreza quando sua renda per capita é de até 1/4 do salário-mínimo vigente, enquanto o PBF define extrema pobreza os indivíduos que em sua composição familiar, tem renda per capita de até R\$ 89,00 e no caso de possuir filhos, a renda máxima para ser considerado pobre varia entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, segundo informações do Ministério da Cidadania, obtidas no ano de 2021. Com relação ao Bolsa Família, estudiosos classificam a renda de R\$89,00 como extrema pobreza ou linha de indigência, e a renda de até R\$ 178,00 como a linha da pobreza.

Neste trabalho, a linha de pobreza e extrema pobreza serão definidas conforme a linha de inclusão de beneficiários do Bolsa Família em 2021. Essa forma de definição da linha da pobreza foi escolhida com base que um grande quantitativo de trabalhos utilizar com maior frequência essa metodologia de cálculo. A linha de pobreza a ser abordada no trabalho servirá como linha de corte entre as condições do índice de pobreza multidimensional entre os diferentes grupos analisados na amostra (domicílios com aposentados, domicílios sem aposentados e domicílios de maneira geral).

5 ANÁLISE DE DADOS

O cruzamento de dados foi feito através do software Stata®, onde foram avaliadas as condições sociais de domicílios com e sem aposentados e pensionistas, além da população em geral que responderam que habitam nas regiões urbanas do país, de acordo com as PNADS.

O trabalho levou em consideração apenas a análise geral dos cruzamentos realizados entre os dados disponíveis nas PNADS e os indicadores que compõem o IPM (Índice de Pobreza Multidimensional), de forma a analisar a quantidade de indivíduos e seus domicílios privados de cada um dos indicadores listados no relatório da PNUD, e sua consequente evolução para cada ano analisado, não levando em conta os pesos definidos e por consequência, as linhas de corte de pobreza necessárias para a formulação do Índice de Pobreza Multidimensional das regiões urbanas no Brasil.

5.1 Perfil dos beneficiários

Tabela 1 - Aposentados pelos Institutos de previdência oficiais de acordo com o sexo.

APOSENTADOS PELO INSTITUTO OFICIAL POR SEXO		
ANO	% MASCULINO	% FEMININO
2002	52,81%	47,19%
2006	52,44%	47,56%
2009	51,57%	48,43%
2014	49,21%	50,79%
2018	43,26%	56,74%

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad

Entre aqueles que declararam receber algum tipo de aposentadoria do instituto de previdência oficial, seja ele federal (INSS), estadual e/ou municipal, percebemos que ocorreu uma inversão entre os homens e mulheres. Em 2002 mais da metade dos aposentados por órgãos governamentais eram homens e em menor expressão as mulheres. A inversão entre os aposentados apresentou declínio a partir do ano de 2006, e seguiu-se até 2018, onde as mulheres já eram maioria absoluta, considerando 2018 onde ocorreu mudança na metodologia de pesquisa da Pnad, sendo considerada a Pnad contínua, o percentual engloba todos os tipos de aposentadorias e/ou pensões na amostra, sem fazer distinção por grupos separadamente na pesquisa, de pronto podemos afirmar então que em 2018 as mulheres se tornaram maioria absoluta de beneficiários previdenciários.

Tabela 2 - Indivíduos que possuem outros tipos de aposentadoria de acordo com o sexo.

OUTRO TIPO DE APOSENTADORIAS		
ANO	% MASCULINO	% FEMININO
2002	59,29%	40,71%
2006	55,98%	44,02%
2009	51,79%	48,21%
2014	50,69%	49,31%
2018	Sem dados específicos	

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Entre aqueles que declaram receber apenas outros tipos de aposentadoria, ou seja, aposentadorias que não estão ligadas a agências previdenciárias governamentais, os beneficiários do sexo masculino são maioria em todos os anos pesquisados, exceto em 2018 que a pesquisa não apresenta este tipo de dado isoladamente, e as mulheres embora em menor expressão, seguem em ascensão.

Tabela 3 - Pessoas que acumulam simultaneamente os dois tipos de aposentadoria de acordo com o sexo.

PESSOAS QUE ACUMULAM OS DOIS TIPOS DE APOSENTADORIA		
ANO	% MASCULINO	% FEMININO
2002	72,58%	27,42%
2006	68,50%	31,50%
2009	67,61%	32,39%
2014	67,26%	32,74%
2018	Sem dados específicos	

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Existe um grupo que recebem simultaneamente pelo menos dois tipos de aposentadoria diferentes, as ligadas à órgãos governamentais, e as aposentadorias que são oriundas de outras fontes. Nesse grupo, os homens são maioria absoluta, mesmo em processo de decadência.

As próximas tabelas referem-se ao rendimento, porém devido a extensão das mesmas, a tabela foi dividida em 2, para que fosse possível acompanhar a evolução dos rendimentos em cada segmento no período analisado:

Tabela 4 - Rendimento domiciliar médio para situações em que há aposentados pelos institutos de previdência oficial, onde não há esses tipos de aposentados, com outras formas de aposentadoria e o rendimento domiciliar médio geral da amostra.

RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO				
	COM APOSENTADOS PELOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	SEM APOSENTADOS PELOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	COM OUTRAS FORMAS DE APOSENTADORIAS	RENDA MÉDIA GERAL
2002	R\$ 505,29	R\$ 329,73	R\$ 1.132,77	R\$ 319,25
2006	R\$ 786,22	R\$ 483,45	R\$ 1.898,15	R\$ 475,02
2009	R\$ 1.006,48	R\$ 628,48	R\$ 1.814,73	R\$ 623,94
2014	R\$ 1.511,94	R\$ 1.016,36	R\$ 2.920,24	R\$ 1.018,19
2018	-	R\$ 1.069,01*	-	R\$ 1.170,19

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

*Indica que o valor do rendimento médio domiciliar além de excluir os aposentados também exclui do cálculo os pensionistas, devido ao fato que a Pnadc 2018 (Pnad contínua 2018) não possui essas informações isoladamente conforme dispõe as outras Pnads.

Tabela 5 - Rendimento domiciliar médio da amostra em geral, dos aposentados de modo geral, dos que possuem aposentadorias e/ou pensões, que possuem dois tipos de aposentadoria simultaneamente.

RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO				
	RENDA MÉDIA GERAL	APOSENTADOS	APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS	COM 2 TIPOS DE APOSENTADORIAS
2002	R\$ 319,25	R\$ 505,26	R\$ 469,79	R\$ 1.724,37
2006	R\$ 475,02	R\$ 786,40	R\$ 720,31	R\$ 3.025,63
2009	R\$ 623,94	R\$ 1.006,45	R\$ 919,09	R\$ 3.227,25
2014	R\$ 1.018,19	R\$ 1.513,59	R\$ 1.396,06	R\$ 5.308,44
2018	R\$ 1.170,19	-	R\$ 1.748,01	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad.

Com objetivo de facilitar a compreensão dos dados, foi necessário dividir a tabela de rendimentos domiciliares médios em 2 outras tabelas (tabela 04 e 05). A tabela 04 demonstra os dados do rendimento domiciliar médio quando há e quando não há aposentados pelos institutos de previdência oficiais, além de quando o aposentado obtém seu benefício através de outras fontes, juntamente com a informação do rendimento médio domiciliar para a amostra total da Pnad.

Observou-se que o rendimento domiciliar quando se há a presença de algum aposentado pelo instituto de previdência oficial é maior que o rendimento domiciliar médio da amostra em quase R\$ 200,00 no ano de 2002 e vai aumentando até o ano de 2014 quando a diferença alcança quase R\$ 500,00.

Quando não há aposentados pelos institutos de previdência oficial a diferença é praticamente mínima variando para mais ou para menos, com detalhe para o ano de 2018, que a pesquisa não descreve dados detalhados quando há ou não aposentados pelos institutos de previdência, mas descreve apenas a informação que não há nem aposentados e nem pensionistas, mas mesmo utilizando essa informação, a diferença fica em pouco mais de R\$ 100,00. Entre aqueles que possuem aposentadoria por meio de outras fontes, ocorre uma diferença notável, onde supera em média 3 vezes o valor do rendimento médio da amostra.

Já na tabela 05 quando observou-se a diferença entre o rendimento médio geral para o rendimento médio domiciliar quando existem aposentados (independente se o benefício é concedido e pago pelos institutos de previdência ou se é concedido e pago através de outras fontes), aposentados e/ou pensionistas (independente se o benefício é concedido e pago pelos institutos de previdência ou se é concedido e pago através de outras fontes), e quando o beneficiário possui os dois tipos de aposentadoria, ou seja, recebe aposentadoria pelos institutos de previdência governamentais e aposentadoria oriundas de outras fontes.

Comparando o rendimento domiciliar médio da amostra com o rendimento domiciliar médio quando existe aposentados, independente do tipo de aposentadoria, o valor do rendimento é maior, com quase R\$ 200,00 de diferença no ano de 2002, até chegar a quase R\$ 500,00 em 2014, não sendo possível comparar o ano de 2018, devido ao fato que a pesquisa desse ano não possui a informação isolada. Já entre aqueles que possuem aposentadoria ou pensão, existe uma diferença de modo geral, porém, o rendimento é menor que se comparado com o rendimento dos que possuem aposentadorias, e os aposentados e/ou pensionistas chegam a ter mais de R\$ 600,00 de diferença entre o rendimento médio domiciliar da pesquisa.

Por fim temos os que acumulam os dois tipos de aposentadoria (pelo instituto de previdência governamental e aposentadorias por outras fontes), onde a diferença chega a ser gigantesca, sendo cerca de 5 vezes maior seu rendimento médio domiciliar se comparado com o rendimento médio domiciliar de toda a amostra, pelo menos até o ano de 2014, visto que o ano de 2018 não possui esse mesmo tipo de informação de maneira isolada.

Fazendo a análise entre os domicílios por região do Brasil, encontrou-se os seguintes resultados:

Tabela 6 - Percentual de aposentados pelos institutos de previdência oficiais por região do Brasil.

APOSENTADOS DO INSTITUTO OFICIAL POR REGIÃO					
	2002	2006	2009	2014	2018
NORTE	6,96%	7,62%	8,13%	10,32%	8,98%
NORDESTE	32,74%	30,56%	30,55%	28,25%	32,77%
SUDESTE	33,52%	34,63%	33,71%	32,44%	28,77%
SUL	18,98%	19,55%	19,38%	20,55%	21,49%
CENTRO-OESTE	7,81%	7,64%	8,23%	8,43%	7,99%

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Pelo menos até 2014, o Sudeste possuía a maior parte dos beneficiários urbanos do país, seguido logo atrás pelo Nordeste, que assumiu o papel de maior concentração de beneficiários em 2018 (lembrando que os dados de 2018, incluem todos os aposentados e pensionistas, sem distinção). Os menores percentuais foram encontrados no Norte e no Sudeste, oscilando entre as últimas posições.

Tabela 7 - Percentual de aposentados com outros tipos de aposentadoria por região do Brasil.

OUTROS TIPOS DE APOSENTADORIAS POR REGIÃO					
	2002	2006	2009	2014	2018
NORTE	5,64%	15,04%	9,69%	8,47%	-
NORDESTE	25,26%	18,48%	21,43%	23,73%	-
SUDESTE	38,20%	38,41%	40,56%	31,90%	-
SUL	19,42%	16,12%	16,84%	22,50%	-
CENTRO-OESTE	11,48%	11,96%	11,48%	13,41%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Novamente, o Sudeste concentra a maior parte dos beneficiários, seguido do Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. 2018 não possui dados específicos deste tipo de beneficiários.

Tabela 8 - Percentual de aposentados que acumulam dois tipos de aposentadoria simultaneamente por região do Brasil.

PESSOAS QUE ACUMULAM OS DOIS TIPOS DE APOSENTADORIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
NORTE	4,84%	6,59%	2,11%	1,35%	-
NORDESTE	20,16%	12,45%	20,42%	20,63%	-
SUDESTE	44,35%	50,92%	50,70%	44,84%	-
SUL	24,19%	21,98%	20,42%	26,46%	-
CENTRO-OESTE	6,45%	8,06%	6,34%	6,73%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e PnadC.

Sudeste apresenta o maior percentual de indivíduos que acumulam os dois tipos de aposentadoria, seguido do Sul, Nordeste, Centro-Oeste e por fim o Norte. 2018 não possui dados específicos deste tipo de beneficiários.

Encerrando a breve análise entre o perfil dos aposentados, foi necessário distinguir onde cada um habitava, se no ambiente urbano ou no rural, logo encontrou-se os seguintes resultados:

Tabela 9 - Aposentados pelos institutos de previdência oficiais por área censitária

APOSENTADOS PELO INSTITUTO OFICIAL POR ÁREA CENSITÁRIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANO	82,51%	80,78%	80,91%	81,87%	-
RURAL	17,49%	19,22%	19,09%	18,13%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e PnadC.

A maioria esmagadora dos beneficiários concentram-se no ambiente urbano. O ano de 2018 reúne os aposentados e pensionistas em um único segmento, que será abordado um pouco mais a frente.

Tabela 10 - Outros tipos de aposentadoria por área censitária.

OUTROS TIPOS DE APOSENTADORIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANO	96,03%	92,03%	93,11%	91,22%	-
RURAL	3,97%	7,97%	6,89%	8,78%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Tabela 11 - Aposentados com duas aposentadorias por área censitária

ACUMULAM OS DOIS TIPOS DE APOSENTADORIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANO	98,79%	96,70%	96,48%	95,96%	-
RURAL	1,21%	3,30%	3,52%	4,04%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Tabela 12 - Aposentados com pelo menos 1 tipo de aposentadoria por área censitária.

POSSUEM PELO MENOS UM TIPO DE APOSENTADORIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANO	82,59%	80,84%	80,98%	81,94%	-
RURAL	17,41%	19,16%	19,02%	18,06%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Tabela 13 - Aposentados e/ou pensionistas por área censitária.

APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANO	85,87%	84,48%	84,15%	84,55%	69,67%
RURAL	14,13%	15,52%	15,85%	15,45%	30,33%

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

De forma geral, em todos os segmentos a maior parte dos aposentados estão concentrados majoritariamente nas zonas urbanas das cidades brasileiras. O ano de 2018 apresentou dados apenas no segmento onde agrupa os aposentados e pensionistas em uma única variável, logo só foi possível analisar os dados do local de moradia nesse segmento, nos outros não foi possível comparar isoladamente o ano de 2018.

Entre os pensionistas encontramos resultados semelhantes. Separando os pensionistas por sexo, percebemos que a maioria dos beneficiários é composto por mulheres, conforme tabela a seguir:

Tabela 14 - Pensionistas dos institutos de previdência oficiais de acordo com o sexo.

PENSIONISTAS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL POR SEXO		
	% MASCULINO	% FEMININO
2002	9,17%	90,83%
2006	10,32%	89,68%
2009	13,06%	89,64%
2014	14,09%	85,91%
2018	43,26%	56,74%

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e PnadC.

Embora a composição de acordo com o sexo seja majoritariamente feminina, o percentual indica queda ao longo do tempo. Um dado que chama bastante a atenção é o aumento expressivo da participação masculina entre os beneficiários de pensões principalmente em 2018, contudo deve-se observar que esses dados especificamente de 2018 levam em conta a presença de aposentados e/ou pensionistas de forma conjunta, não sendo possível isolar apenas os pensionistas.

Tabela 15 - Outros tipos de pensões de acordo com o sexo.

OUTROS TIPOS DE PENSÕES		
	HOMENS	MULHERES
2002	12,57%	87,43%
2006	11,70%	88,30%
2009	14,04%	85,96%
2014	20,13%	79,87%
2018	Sem dados	

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e PnadC.

A composição se repete, sendo a maioria dos indivíduos que recebem pensão sendo mulheres, porém entre os homens percebemos que ocorre um crescimento, ao contrário do que

ocorre nas aposentadorias. O ano de 2018 não possui dados isolados para podermos analisar sua evolução.

Tabela 16 - Pensionistas que acumulam simultaneamente os dois tipos de pensões.

PESSOAS QUE ACUMULAM OS DOIS TIPOS DE PENSÕES		
	HOMENS	MULHERES
2002	1,00%	99,00%
2006	4,55%	95,45%
2009	8,40%	91,60%
2014	20,69%	79,31%
2018	Sem dados específicos	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e PnadC.

Entre os indivíduos que acumulam simultaneamente os dois tipos de pensão descritos, a partir de 2006 começa um processo de aceleração entre os homens que possuem os dois tipos de benefícios, porém as mulheres ainda possuem a maioria. Novamente o ano de 2018 não apresentou dados isolados para ser possível a comparação de evolução.

Comparando o rendimento domiciliar médio, as categorias foram subdivididas em duas tabelas, devido à extensão da tabela de forma geral, dessa maneira:

Tabela 17 - Rendimento domiciliar médio onde há e onde não há a presença de pensionistas pelos institutos de previdência, com outros tipos de pensões e o rendimento médio domiciliar da amostra total.

RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO				
	COM PENSIONISTAS PELOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	SEM PENSIONISTAS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	COM OUTRAS PENSÕES	RENDA MÉDIA GERAL
2002	R\$ 464,67	R\$ 342,84	R\$ 318,65	R\$ 319,25
2006	R\$ 706,50	R\$ 505,32	R\$ 528,69	R\$ 475,00
2009	R\$ 915,43	R\$ 658,18	R\$ 671,03	R\$ 623,94
2014	R\$ 1.373,33	R\$ 1.064,88	R\$ 971,27	R\$ 1.018,19
2018	-	R\$ 1.069,01 *	-	R\$ 1.170,19

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad.

*Indica que o valor do rendimento médio domiciliar além de excluir os pensionistas também exclui do cálculo os aposentados, devido ao fato que a Pnad 2018 (Pnad contínua 2018) não possui essas informações isoladamente conforme dispõe as outras Pnads.

Tabela 18 - Rendimento domiciliar médio dos pensionistas, dos que possuem aposentadorias e/ou pensões e os que possuem dois tipos de pensões

RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO				
	RENDA MÉDIA GERAL	PENSIONISTAS	APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS	COM AMBAS PENSÕES
2002	R\$ 319,25	R\$ 434,11	R\$ 469,79	R\$ 900,03
2006	R\$ 475,00	R\$ 650,60	R\$ 720,31	R\$ 1.235,93
2009	R\$ 623,94	R\$ 832,80	R\$ 919,09	R\$ 1.438,56
2014	R\$ 1.018,19	R\$ 1.242,70	R\$ 1.396,06	R\$ 3.626,91
2018	R\$ 1.170,19	-	R\$ 1.748,01	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e PnadC.

Comparando o rendimento domiciliar médio dos indivíduos que possuem pensões oriundas dos institutos de previdência com o rendimento médio da amostra, percebemos que os pensionistas possuem um rendimento superior ao da amostra geral, o mesmo acontece com aqueles que não recebem suas pensões por meio dos institutos de previdência governamentais, com detalhe para o ano de 2018, onde também se excluem os aposentados, visto que a Pnad contínua de 2018 não descreve essa informação de forma isolada, como ocorre nas outras Pnads analisadas.

Já entre aqueles que possuem pensões oriundas de outras fontes, possuem rendimentos superiores ao da média geral apenas nos anos de 2006 e 2009, enquanto em 2002 e 2014, seus rendimentos médios domiciliares chegou ser menor que em relação a amostra geral, com exceção do ano de 2018 onde essa informação não é descrita.

Entre aqueles que são pensionistas (independente se por institutos ou por outras fontes), o rendimento ficou maior em todos os anos, exceto em 2018 por não existir dados isolados para essa variável. Entre aqueles que possuem aposentadorias ou pensões, o valor sempre foi maior,

com destaque para 2018, onde a diferença chega a mais de R\$ 600,00. Por fim temos os que acumulam os dois tipos de pensão, sendo seus rendimentos médios domiciliares cerca de três vezes maior que o da amostra geral.

Detalhando os pensionistas por região:

Tabela 19 - Pensionistas dos institutos de previdência oficiais por região

PENSIONISTAS DO INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA OFICIAL POR REGIÃO					
	2002	2006	2009	2014	2018
NORTE	6,88%	7,67%	8,16%	9,48%	-
NORDESTE	27,27%	26,10%	27,14%	27,27%	-
SUDESTE	37,19%	38,06%	36,19%	34,01%	-
SUL	20,16%	19,65%	20,22%	20,46%	-
CENTRO OESTE	8,50%	8,52%	8,29%	8,78%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad.

A maior parte dos que possuem esse tipo de pensão encontra-se na região Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. A Pnad Contínua de 2018 não possui essa informação de forma isolada.

Tabela 20 - Outros tipos de pensões por região.

OUTROS TIPOS DE PENSÕES POR REGIÃO					
	2002	2006	2009	2014	2018
NORTE	10,45%	10,53%	10,44%	11,39%	-
NORDESTE	24,10%	23,14%	27,45%	26,58%	-
SUDESTE	34,42%	35,29%	31,31%	31,93%	-
SUL	19,97%	18,77%	17,95%	17,84%	-
CENTRO OESTE	11,06%	12,27%	12,86%	12,26%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad.

Já nesse tipo de pensão, a distribuição fica quase inalterada, sendo a maior parte dos beneficiários concentrados no Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. A Pnad Contínua de 2018 não possui essa informação de forma isolada.

Tabela 21 - Beneficiários que acumulam os dois tipos de pensões

ACUMULAM OS DOIS TIPOS DE PENSÕES					
	2002	2006	2009	2014	2018
NORTE	2,00%	4,55%	5,88%	3,45%	-
NORDESTE	18,00%	17,05%	26,05%	20,69%	-
SUDESTE	45,00%	48,86%	41,18%	43,10%	-
SUL	27,00%	21,59%	18,49%	20,69%	-
CENTRO OESTE	8,00%	7,95%	8,40%	12,07%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Entre os que acumulam os dois tipos de pensão, o Sudeste concentra quase a metade dos beneficiários, seguido do Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. A Pnad Contínua de 2018 não possui essa informação de forma isolada.

Por fim, temos as seguintes tabelas que descrevem como os pensionistas estão distribuídos entre as regiões censitárias da pesquisa (urbana e rural).

Tabela 22 - Pensionistas dos institutos de previdência oficiais por região censitária.

PENSIONISTAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL POR REGIÃO CENSITÁRIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANA	90,71%	88,77%	87,50%	87,29%	-
RURAL	9,29%	11,23%	12,50%	12,71%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Tabela 23 - Outros tipos de pensão por região censitária.

OUTROS TIPOS DE PENSÕES POR REGIÃO CENSITÁRIA					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANA	96,11%	94,48%	93,42%	93,06%	-
RURAL	3,89%	5,52%	6,58%	6,94%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnadc.

Tabela 24 - Beneficiários que acumulam os dois tipos de pensões por região censitária

PESSOAS QUE ACUMULAM OS DOIS TIPOS DE PENSÃO					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANA	100,00%	98,86%	91,60%	98,28%	-
RURAL	0,00%	1,14%	8,40%	1,72%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad.

Tabela 25 - Beneficiários que recebem pelo menos um dos tipos de pensões.

RECEBEM PELO MENOS UM TIPO DE PENSÃO					
	2002	2006	2009	2014	2018
URBANA	92,22%	90,44%	89,40%	89,03%	-
RURAL	7,78%	9,56%	10,60%	10,97%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados das Pnads e Pnad.

De maneira geral, percebemos que a maior parte dos pensionistas estão concentrados nas zonas urbanas, com um pequeno percentual nas zonas rurais. Não existem dados detalhados para o ano de 2018, pois a Pnad Contínua não fornece essa informação para as variáveis analisadas de forma isolada.

5.2 Cruzamento entre indivíduos e seus domicílios com e sem aposentados e/ou pensionistas através dos indicadores do índice de pobreza multidimensional

Começando pelo ano de 2002, primeiro foram analisadas as condições dos indivíduos e seus domicílios com aposentados e/ou pensionistas. Nesse caso, a PNAD apresenta como dados separados, os aposentados e pensionistas. Para ser viável a comparação, foi criada uma única variável indicadora que o domicílio possuía entre seus integrantes, aposentados e/ou pensionistas, e logo após foi feita a separação desse grupo em dois, sendo o primeiro grupo composto por indivíduos que moram na zona rural e o segundo composto por indivíduos que vivem na zona urbana, que é o foco deste trabalho.

No quadro abaixo foi possível analisar os indicadores de pobreza multidimensional de maneira resumida, mostrando a evolução a cada ano estudado, de forma a facilitar a interpretação dos indicadores separados por cada uma das três dimensões de pobreza multidimensional, definidas pelo relatório da PNUD 2019. Na tabela estão descritos os dados relativos à situação em que existe aposentados e/ou pensionistas e logo após na cor vermelha,

estão os dados sem a presença de aposentados e/ou pensionistas, de forma que facilita a visualização dos dados e assim suas respectivas análises.

Tabela 26 - Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional para domicílios com a presença de aposentados.

PRIVAÇÕES DOS INDIVÍDUOS COM E SEM APOSENTADORIAS E/OU PENSÕES						
SAÚDE		2002	2006	2009	2014	2018
Com A/P*	Saneamento	47,05%	30,90%	31,07%	27,98%	30,18%
Sem A/P**	Saneamento	52,74%	40,68%	37,87%	33,58%	35,41%
Com A/P	Coleta de Lixo	3,91%	2,45%	2,31%	1,27%	1,24%
Sem A/P	Coleta de Lixo	5,05%	3,20%	1,71%	1,59%	1,58%
EDUCAÇÃO						
Com A/P	Educação***	23,61%	18,40%	17,96%	15,95%	16,52%
Sem A/P	Educação***	19,35%	16,45%	4,82%	13,33%	5,41%
Com A/P	Anos de escolaridade****	42,74%	35,12%	44,17%	33,24%	35,91%
Sem A/P	Anos de escolaridade****	10,55%	5,46%	9,35%	4,47%	3,84%
ATIVOS						
Com A/P	Eletricidade	0,44%	0,15%	0,14%	0,05%	0,08%
Sem A/P	Eletricidade	0,62%	0,31%	0,11%	0,04%	0,11%
Com A/P	Água potável	2,64%	1,41%	1,33%	0,80%	6,96%
Sem A/P	Água potável	4,28%	2,87%	1,94%	1,23%	8,85%
Com A/P	Habitação	9,98%	8,40%	7,53%	5,87%	20,64%
Sem A/P	Habitação	12,67%	10,77%	8,62%	7,02%	19,21%
Com A/P	Combustível para cozinhar	2,87%	2,47%	1,73%	0,84%	0,74%
Sem A/P	Combustível para cozinhar	2,66%	2,62%	1,37%	0,54%	0,90%
Com A/P	Bens duráveis	10,59%	6,94%	4,57%	2,70%	2,73%
Sem A/P	Bens duráveis	13,21%	9,61%	5,19%	2,86%	3,20%
Com A/P	Renda até R\$ 178,00	26,00%	11,81%	5,40%	1,13%	0,21%
Sem A/P	Renda até R\$ 178,00	49,27%	32,53%	18,02%	6,40%	8,87%
Com A/P	Renda até R\$ 89,00	6,90%	1,90%	0,90%	0,18%	0,01%
Sem A/P	Renda até R\$ 89,00	23,96%	11,15%	5,40%	2,32%	4,88%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads e da PnadC 2018 com base no relatório da Pnud 2019.

*Com A/P indica que os dados se referem à existência de indivíduos com aposentadorias e/ou pensões.

**Sem A/P indica que os dados excluem os indivíduos que possuem aposentadorias e/ou pensões.

*** Educação indica que os indivíduos não sabem ler e nem escrever.

****Anos de escolaridade indica que os indivíduos não completaram pelo menos 6 anos de instrução em toda a sua vida, ou seja, são privados de acesso à educação de qualidade

Na tabela 26 podemos melhor analisar como os índices evoluíram ao longo dos anos estudados. Iniciando pela dimensão saúde, o indicador saneamento foi o que apresentou a maior

proporção de privação na pesquisa, entre os indivíduos aposentados e/ou pensionistas que afirmaram que seus domicílios eram privados desse recurso, assim como os que não possuem esses benefícios.

Observando a evolução ocorrida ao longo do tempo, percebemos que todos os indicadores possuem tendência de queda, porém com todos os avanços, alguns continuam elevados, sobretudo entre os aposentados e pensionistas, como é o caso dos indicadores da dimensão educação, onde existe ainda uma parcela considerável que não sabem ler e nem escrever ou não tiveram a oportunidade de possuir uma educação de qualidade, pois deixaram de estudar por diversos motivos antes de completar pelo menos 6 anos de estudos de modo geral.

Já na dimensão de ativos, as maiores privações se concentraram na falta de acesso à água potável e na falta de condição de viver em uma moradia construída com os materiais adequados, que embora atinjam uma parcela da população que não possui aposentadorias e/ou pensões, também afetam duramente os aposentados e pensionistas. Outro fator que devemos levar em consideração são os indicadores de renda que, embora não estejam incluídos como um dos indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) descritos no relatório da PNUD, foram incluídos neste trabalho para compreendermos também como a população que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza são afetados pelas privações.

O trabalho também se propôs a analisar como se comportaram os indicadores diante de situação de pobreza e extrema pobreza enfrentadas pela população.

Entre os domicílios com aposentados e pensionistas que vivem em situação de pobreza, encontramos os seguintes resultados:

Tabela 27 - Privação dos que vivem em situação de pobreza

PRIVAÇÕES DOS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA						
SAÚDE		2002	2006	2009	2014	2018
Com A/P*	Saneamento	60,23%	49,46%	51,16%	44,16%	44,00%
Sem A/P**	Saneamento	61,16%	54,77%	55,40%	51,51%	52,93%
Com A/P	Coleta de Lixo	8,09%	5,46%	4,05%	3,76%	7,00%
Sem A/P	Coleta de Lixo	8,58%	6,89%	4,80%	6,03%	5,12%
EDUCAÇÃO						
Com A/P	Educação***	43,19%	33,57%	28,32%	12,67%	33,00%
Sem A/P	Educação	27,57%	26,85%	10,47%	26,57%	11,89%
Com A/P	Anos de escolaridade***	43,97%	29,87%	30,05%	11,68%	23,00%
Sem A/P	Anos de escolaridade	9,51%	4,83%	8,59%	4,28%	5,08%
ATIVOS						
Com A/P	Eletricidade	0,91%	0,45%	0,25%	4,16%	1,00%
Sem A/P	Eletricidade	1,14%	0,78%	0,38%	0,25%	0,34%
Com A/P	Água potável	5,98%	4,70%	3,97%	1,58%	15,00%
Sem A/P	Água potável	7,51%	6,51%	5,60%	4,12%	13,84%
Com A/P	Habitação	14,08%	12,88%	10,98%	9,50%	4,00%
Sem A/P	Habitação	17,01%	15,91%	14,18%	13,43%	3,02%
Com A/P	Combustível para cozinhar	6,19%	5,81%	3,97%	1,98%	3,00%
Sem A/P	Combustível para cozinhar	4,74%	6,10%	4,42%	2,49%	3,52%
Com A/P	Bens duráveis	20,14%	16,85%	11,99%	6,34%	1,00%
Sem A/P	Bens duráveis	22,10%	20,75%	14,23%	9,04%	1,31%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads e da Pnadc 2018 com base no relatório da Pnud 2019.

*Com A/P indica que os dados se referem à existência de indivíduos com aposentadorias e/ou pensões.

**Sem A/P indica que os dados excluem os indivíduos que possuem aposentadorias e/ou pensões.

*** Educação indica que os indivíduos não sabem ler e nem escrever.

****Anos de escolaridade indica que os indivíduos não completaram pelo menos 6 anos de instrução em toda a sua vida, ou seja, são privados de acesso à educação de qualidade

Entre os indivíduos e domicílios em situação de pobreza, encontrou-se situação similar aos indicadores dos indivíduos e domicílios em que os indivíduos são aposentados e/ou pensionistas e aqueles que não os são. Percebeu-se que todos os indicadores apresentam queda ao longo dos anos, porém entre 2014 e 2018 existe aumento de todos os indicadores, com exceção dos indicadores de habitação, eletricidade e de consumo de bens duráveis, que continuaram em tendência de queda. Um dos fatores que podemos atribuir a esse acréscimo é a crise econômica ocorrida entre 2014 e 2018.

Por fim, comparou-se as privações sofridas pelos indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza, tanto dos que possuem aposentadorias e pensões, quanto daqueles que declararam que não possuem tais benefícios.

Tabela 28 - Privações dos que vivem em situação de extrema pobreza

PRIVAÇÕES DOS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA						
SAÚDE		2002	2006	2009	2014	2018
Com A/P*	Saneamento	62,27%	49,30%	51,39%	34,57%	33,33%
Sem A/P**	Saneamento	63,49%	57,40%	55,58%	48,01%	49,82%
Com A/P	Coleta de Lixo	11,72%	5,86%	3,80%	1,23%	0,00%
Sem A/P	Coleta de Lixo	12,14%	10,22%	6,38%	6,39%	5,33%
EDUCAÇÃO						
Com A/P	Educação***	49,83%	28,03%	12,91%	8,64%	0,00%
Sem A/P	Educação	33,05%	33,11%	13,57%	26,50%	12,10%
Com A/P	Anos de escolaridade****	39,21%	18,34%	12,15%	1,23%	0,00%
Sem A/P	Anos de escolaridade	7,89%	4,21%	9,40%	4,96%	6,14%
ATIVOS						
Com A/P	Eletricidade	1,60%	0,64%	0,25%	0,00%	0,00%
Sem A/P	Eletricidade	1,91%	1,36%	0,65%	0,23%	0,40%
Com A/P	Água potável	9,32%	7,39%	3,04%	0,00%	0,00%
Sem A/P	Água potável	11,14%	9,55%	7,32%	3,91%	13,38%
Com A/P	Habitação	14,84%	14,14%	8,35%	4,94%	0,00%
Sem A/P	Habitação	20,04%	18,12%	15,99%	13,23%	2,47%
Com A/P	Combustível para cozinhar	8,90%	7,52%	3,80%	0,00%	0,00%
Sem A/P	Combustível para cozinhar	7,33%	10,57%	7,21%	2,81%	4,61%
Com A/P	Bens duráveis	29,13%	26,11%	19,49%	8,64%	0,00%
Sem A/P	Bens duráveis	31,85%	31,57%	22,26%	10,10%	1,70%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das Pnads e da PnadC 2018 com base no relatório da Pnud 2019.

*Com A/P indica que os dados se referem à existência de indivíduos com aposentadorias e/ou pensões.

**Sem A/P indica que os dados excluem os indivíduos que possuem aposentadorias e/ou pensões.

*** Educação indica que os indivíduos não sabem ler e nem escrever.

****Anos de escolaridade indica que os indivíduos não completaram pelo menos 6 anos de instrução em toda a sua vida, ou seja, são privados de acesso à educação de qualidade

Nesse grupo de indivíduos, o alto grau de privações é perceptível, principalmente nos indicadores de saneamento, alfabetização, habitação e renda. Todos os indicadores apresentaram queda, com exceção de alguns que apresentaram ligeiro aumento nos anos de 2014 e 2018, como é o caso da privação de habitação e rendimento por exemplo, que apresentou queda no número de domicílios que viviam em condição de pobreza e extrema pobreza, porém em 2014 e 2018 apresentaram leves aumentos, no mesmo período de instabilidade política e econômica enfrentadas no país.

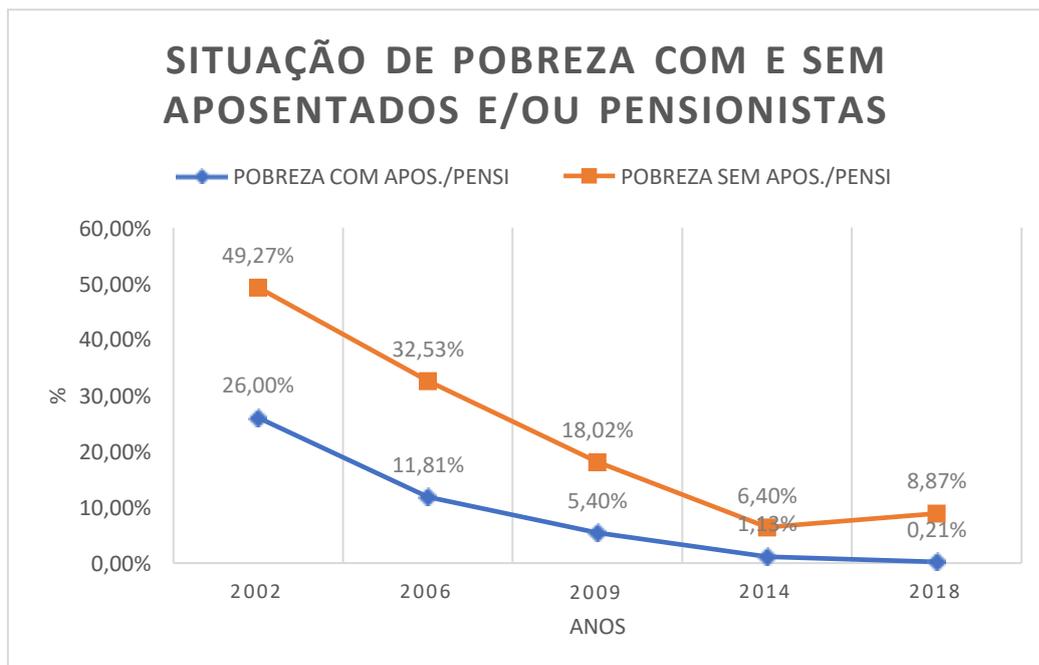
Um fator interessante é o fato de o ano de 2018 apresentar 0% de privação aos serviços de coleta de lixo, educação, anos de escolaridade, eletricidade, água potável encanada, habitação, combustível para cozinhar e consumo de bens duráveis entre os domicílios dos indivíduos que possuem aposentadorias e/ou pensões e vivem em situação de extrema pobreza. Isso não pode ser considerado que ocorreram melhorias de forma que erradicou todas as privações enfrentadas, mas o que ocorreu é que na amostra foram encontradas um quantitativo tão pequeno de indivíduos que são aposentados e/ou pensionistas que viviam em situação de extrema pobreza, onde no momento da pesquisa, aquele pequeno quantitativo não eram privados dos itens citados.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Interpretando os resultados obtidos através de um cruzamento entre a variável específica criada para indicar se o indivíduo e o domicílio possui ou não aposentados e/ou pensionistas, através de uma variável dummy (0 e 1) e outra dummy criada para indicar se há ou não privação, percebeu-se claramente a evolução dos indicadores.

De forma mais detalhada, comparando os dados dos indivíduos que vivem nas zonas urbanas com a presença de aposentados e/ou pensionistas e sem a presença dos mesmos e seus respectivos domicílios, conforme detalha o gráfico abaixo:

Gráfico 01: Indivíduos com e sem aposentados e pensionistas que viviam em situação de pobreza.



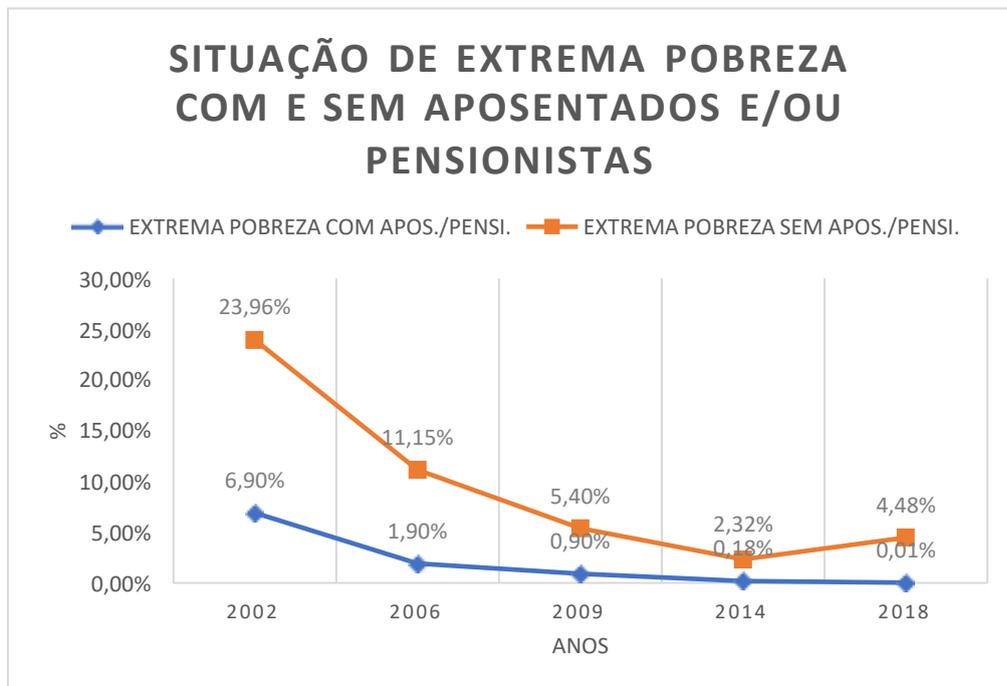
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADS 2002, 2006, 2009, 2014 e PNADC 2018.

Percebeu-se que a proporção de aposentados e pensionistas, descrita no gráfico como a linha azul, apresentou queda ao longo dos anos, com queda significativa ocorrida entre os anos de 2002 e 2006, atingindo o menor patamar em 2018, quando apenas 0,21% dos indivíduos viviam com seus domicílios em situação de pobreza. Já aqueles que não possuíam nenhum dos dois benefícios o movimento de queda prosseguiu, porém entre 2014 e 2018 ocorreu um aumento da proporção dos indivíduos e domicílios que viviam em situação de pobreza, que

pode ser explicado em parte pela crise econômica e política enfrentada pelo Brasil entre o final de 2014 e o ano de 2018, que até hoje impactam a vida da população.

Movimento semelhante ocorreu com os indivíduos e seus domicílios com e sem aposentados e/ou pensionistas que vivem em situação de extrema pobreza.

Gráfico 02: Indivíduos com e sem aposentados e pensionistas que viviam em situação de extrema pobreza.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADS 2002, 2006, 2009, 2014 e PNADC 2018.

A queda mais acentuada ocorreu novamente entre 2002 e 2006, e foi seguindo a tendência de queda nos demais anos. O declínio pode ser atribuído a uma série de variáveis, como o aumento do rendimento dos demais componentes familiares que moram no mesmo domicílio, migração de integrantes que ao conseguirem um emprego deixam as casas que moram com o beneficiário e com isso o rendimento per capita domiciliar aumenta e o domicílio deixa de ser considerado extremamente pobre, se considerado apenas o fator renda. E no caso dos indivíduos nos quais seus domicílios viviam em situação de extrema pobreza, a trajetória de queda e leve ascensão ocorrida entre 2014 e 2018 se repete, assim como na situação de pobreza, e os motivos novamente podemos atribuir em parte a crise econômica.

Embora não esteja destacado em formato de gráfico, a evolução de cada indicador mostra que embora as condições em termos de renda dos domicílios com aposentados e pensionistas tenham melhorado, as condições ofertadas pelos outros indicadores indicam que não ocorreram avanços significativos nas condições de privações enfrentadas pela população.

Os gráficos demonstram apenas as variações ocorridas no número de indivíduos e domicílios pela ótica da renda. A escolha de se realizar os gráficos apenas levando em conta o rendimento foi feita com intuito de demonstrar os impactos de políticas sociais sobre o rendimento das famílias. Se fosse observado apenas o fator renda como determinante de pobreza, seria notório que o Brasil possuiria baixos níveis de pobreza, com uma parcela de pessoas pobres e extremamente pobres a patamares consideravelmente baixos, logo não podemos contestar de maneira alguma os resultados positivos que os programas sociais trouxeram para a renda da população, mas considerando a pobreza com uma ótica ampla, os esforços surtiram efeitos concentrados, não abrangendo todas as áreas básicas para a formulação de um bem estar mínimo e básico para a população.

À medida que as privações vão diminuindo, a sensação de saciedade de bem-estar vai sendo melhor perceptível. No campo da saúde, como explanado anteriormente, foram necessários realizar alguns ajustes em relação ao relatório da PNUD para que a realidade brasileira chegasse a um mínimo compreensível.

Dentre todas as privações mencionadas, a que mais chama a atenção se refere a privação dos indivíduos e dos domicílios ao saneamento básico, superando em certos casos os 60%, algo extremamente grave, que impacta diretamente na formação do bem-estar e sobretudo em relação à saúde das pessoas, tendo em vistas os diversos problemas de saúde que estão extremamente correlacionados com o contato com águas contaminadas. A coleta de lixo, embora em expressão bem menor que o saneamento básico, supera facilmente os 3% dos indivíduos e domicílios analisados. Um outro fator preocupante é o nível educacional da população. A privação de alfabetização entre os aposentados e pensionistas embora apresente queda, atinge mais de 15% dos aposentados e pensionistas, e quando se consideram os que vivem em pobreza e pobreza extrema as condições de alfabetização são ainda mais precárias, além disso os números de pessoas que não chegaram a cursar pelo menos 6 anos de instrução em toda a sua vida são extremamente elevados. Isso pode ser em parte explicado pela necessidade de trabalhar durante a infância para ajudar nas despesas da família, que levavam a um trade off entre estudar ou levar comida para casa.

Entre os ativos, elencou-se os indicadores que analisava as privações à eletricidade, água potável, habitação, gás de cozinha e posse de bens duráveis, também encontramos números assustadores. As pesquisas mostram que existe uma parcela da população, embora que pequena, ainda é privada de ter acesso à energia elétrica, uma parcela maior ainda a um dos direitos fundamentais para a sobrevivência do ser humano, que é a água potável encanada. Em menor número se pode perceber que apresentando pequenas variações, muitos indivíduos em seus domicílios não utilizam como combustível para preparar seus alimentos o popular gás GLP. Um indicador que chama bastante atenção é a privação a condições adequadas de habitação, apresentando resultados altos e constantes, indicando a dificuldade da população em se viver em habitações com boas condições de construção. Esse indicador avalia os materiais adequados na construção dos pisos e dos telhados. E por fim observou-se as privações aos chamados de bens de consumo duráveis básicos, que também se manteve em patamares bem elevados.

Os indicadores de maneira geral se mantêm elevados, porém se concentrados apenas entre os domicílios que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza, temos uma ideia das condições de vida enfrentadas por cada um. Dificuldades, em todas as áreas da vida, que levam ao maior esforço possível para conseguir o mínimo necessário para sobreviver, que nessas condições só levam ao distanciamento de um nível mínimo de bem-estar social.

De maneira geral, percebemos que ainda existe um longo caminho a se percorrer para melhorar as condições de vida da população.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formas de assistencialismo com foco na formação de bem-estar tem ganhado força no mundo desde o século XIX, e no Brasil a partir do século XX e principalmente após a universalização dos direitos garantidos da Constituição Federal de 1988 que as condições sociais da população começaram a ganhar maior relevância.

O trabalho teve por objetivo analisar a evolução dos indicadores que formam o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), de forma a avaliar se os indivíduos com aposentadorias e/ou pensões juntamente com seus domicílios nas zonas urbanas apresentaram melhoras nas condições de vida e por consequência se houve melhorias nas condições de bem-estar.

Assim como foi destacado que a análise da pobreza apenas pelo aspecto relacionado ao rendimento se mostraria como uma medida incompleta para análise, pois o indivíduo necessita de uma série de fatores para manter um nível mínimo de sobrevivência além do rendimento em si (KATO, 2017).

De maneira geral, se olharmos apenas para privação de renda com objetivo de afirmar que o estado de bem-estar da população brasileira seria elevado, tendo em vista os impactos causados por uma série de programas sociais implantado pelos governos, que como resultado reduziram drasticamente o número de pobreza e extrema pobreza não só apenas entre os aposentados e pensionistas, mas para toda a população que vive em ambientes urbanos do nosso país. Mas considerando as diversas dimensões, baseadas no relatório da PNUD divulgado em 2019, percebemos que a população é privada de diversos serviços que podem melhorar as condições de vida da sociedade.

O objetivo deste trabalho é mensurar as privações vivenciadas por domicílios que possuem a presença de indivíduos aposentados e/ou que possuam algum tipo de pensão e que habitam no ambiente urbano. Deste modo, percebeu-se nesse grupo que ao longo dos anos ocorreu mudanças em suas necessidades privadas, porém manteve-se em níveis elevados, tanto se considerarmos todos os que possuem algum tipo de benefício, e que vivem acima ou abaixo da chamada linha da pobreza e da extrema pobreza.

Embora avanços mesmo que modestos venham ocorrendo ao longo dos anos, são necessárias mais medidas para o enfrentamento dos problemas causadores das privações. Ações essas que necessitam eficientes e eficazes para a resolução dos problemas.

Todos as 3 dimensões de dos indicadores abordadas nesse trabalho (saúde, educação e ativos) necessitam de atenção especial. Ações de mobilidade urbana, de infraestrutura, educacionais, entre outros, são fundamentais nesse momento para poder oferecer a população condições melhores e dignas, de modo que influenciem o crescimento do índice de bem-estar da população, não somente da classe de aposentados e pensionistas, mas toda a população.

A monografia tomou por base apenas uma análise das privações que os domicílios descritos na Pnad impactam o dia a dia da população, porém não foram realizados os cálculos do IPM (Índice de Pobreza Multidimensional), desta maneira, é necessário em oportunidade futura que sejam realizados a mensuração desse índice em seus respectivos cortes e pesos, para que assim sejam mais precisos os resultados para a avaliação de um estado de bem estar social da população que possuem aposentadorias e pensões, assim como toda a população urbana em geral.

REFERÊNCIAS

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (BPC). INSS. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>>. Acesso em 12 de abr. de 2021.

BENEVIDES, Claudia do V. Um estado de bem-estar social no Brasil?. Dissertação (mestrado em Economia) – Centro de ciências Sociais Aplicadas. UFF. Rio de Janeiro, 2011.

BOLSA FAMÍLIA. Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em 12 de abr. de 2021.

BRIGGS, A. The Welfare State in Historical Perspective. In: PIERSON, C.; CASTLES, F. (Org.). The Welfare State Reader. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

CASTEL, R. A insegurança social. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

DIENSTMANN, F. Sistemas previdenciários por repartição e capitalização individual: a análise comparativa dos modelos brasileiro e Chileno. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

ESCALA MULTI-FATORIAL DE INDIVIDUALISMO E COLETIVISMO: ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE CONSTRUTO. Golveia, Valdinei V., Andrade, Josemberg M. de, Jesus, Girlene R., Meira, M., Soares, Milton F. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000200010>. Acesso em 28 de out. de 2019.

ESPING-ANDERSEN, G. The Three Worlds of Welfare Capitalism. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

FIORI, J.L. Estado do Bem-Estar Social: Padrões e crises. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1997.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. Instituto de Estudos Avançados da USP. Mimeo.

FLEURY, S. Estado sem cidadãos. Seguridade Social Na América Latina, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

GRIN, E.J. Regime De Bem-Estar Social No Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças Em Relação Ao Modelo Europeu Social Democrata. FGV, 2012-2013.

HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historico/>>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

KATO, Rosa. Efeitos da previdência social sobre a pobreza multidimensional no rural: uma comparação regional. Tese (doutorado em economia) – Programa de pós-graduação. UFF. Niterói, 2017.

LIBERALISMO E LIBERTARISMO: DISTRIBUIÇÃO E IGUALDADE. Azevedo, Daniela G. Disponível em: <<http://editora.pucrs.br/anais/semanadefilosofia/VIII/1.25.pdf>>. Acesso em 16 de nov. de 2019.

LIBERALISMO NO BRASIL. HistedBr- Unicamp. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_liberalismo.htm>. Acesso em 02 de dez. de 2019.

MARQUES, Rosa M. A proteção Social e o mundo do trabalho. Tese (doutorado em Administração de empresas) – Escola de administração de empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo 1996.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F. PREVIDÊNCIA DOS TRABALHADORES DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO E DESIGUALDADES NO BRASIL. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502014000400002&script=sci_arttext>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

O INDIVIDUALISMO-COLETIVISMO NO BRASIL E NA ESPANHA: CORRELATOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS. Gouveia, Valdiney V., Clemente, Miguel. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000200003>. Acesso em 28 de out. de 2019.

PEREIRA, P. A. P. Política social: Temas & Questões, São Paulo: Cortez, 2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS -PNAD. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 13 de mar. de 2020.

PIERSON, C. *Beyond the Welfare State?* Cambridge: Polity Press, 1991.

PNUD. SOBRE O PNUD. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/about-us.html>>. Acesso em 06 de mar. De 2021.

REIS, José R. F. Política social e Welfare State: Algumas Breves Considerações. Fiocruz. Disponível em: <<http://www.hlog.epsjv.fiocruz.br/upload/Material/L137.pdf#page=161>>. Acesso em 24 de nov. 2019.

REZENDE, F. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SOARES, Sergei S. D. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: Objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais – IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD_1381.pdf>. Acesso em 10 de abr. de 2021.

SILVA, M. L. Os fundamentos do Liberalismo Clássico: a relação entre estado, direito e democracia. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1710/1445>>. Acesso em 02 de dez. de 2019.

SILVA, Arthur L. H. C. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDENCIA SOCIAL NO BRASIL (2009). Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12493>>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

StataCorp. 2019. Stata Statistical Software: Versão 16 . College Station, TX: StataCorp LLC.

TECHNICAL NOTES. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019_technical_notes.pdf>. Acesso em 06 de mar. de 2021.